



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

(DES)CONCEITUAÇÕES, IMPASSES E PERSPECTIVAS PARA AS PRÁTICAS DOCENTES NA ABORDAGEM DA DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA

THIAGO DA SILVA MELO

EIXO: 10. EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

RESUMO: A escola deve ser um espaço de respeito aos direitos humanos e cidadania, o que tem levado alguns conteúdos a debater a temática da inclusão de grupos chamados de minoritários. Entre estes grupos estão os de gênero representados por feministas e homossexuais. No Brasil, existem uma série de estudos sobre a exclusão e submissão das mulheres, no entanto, no que diz respeito aos estudos e pesquisas educacionais referentes à diversidade sexual ainda são poucos os estudos e precisam ser aprofundados. Dentre os direitos básicos da Constituição, a educação tem sido o mais acessível, o que torna o ambiente escolar um importante espaço para a discussão acerca da diversidade sexual com o desafio de debater e rever valores culturais e desconstruir normas estabelecidas de forma rígida.

Palavras-chave: Diversidade sexual; Gênero; Sexualidade; Escola.

RESUMEN: La escuela debe ser un lugar de respeto de los derechos humanos y la ciudadanía, lo que ha llevado a algunos contenidos para discutir el tema de la inclusión de los llamados grupos minoritarios. Entre estos grupos son el género representado por las feministas y los homosexuales. En Brasil, hay una serie de estudios sobre la exclusión y la sumisión de la mujer, sin embargo, con respecto a los estudios de enseñanza y de investigación relacionados con la diversidad sexual son escasos los estudios y necesitan ser profundizado. Entre los derechos fundamentales de la Constitución, la educación ha sido el más asequible, lo que hace que el ambiente escolar un espacio importante para la discusión de la diversidad sexual con el reto de discutir y revisar los valores culturales y deconstruir estándares fijados rígidamente.

Palabras clave: Diversidad Sexual; Género; Sexualidad; Escuela.

INTRODUÇÃO

O aumento significativo dos debates de temáticas acerca da diversidade sexual, em diferentes esferas e ambientes como as universidades, Congresso Nacional, Organizações não governamentais (ONGs) e escolas, tem evidenciado o preconceito e discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais ao mesmo tempo que tem viabilizado políticas públicas afirmativas com o objetivo de combate à discriminação e à violência.

Essas políticas públicas são pertinentes na conjuntura contemporânea, que evidencia os elevados índices de violência contra esses grupos. Podemos tomar como exemplo os dados do GGB – Grupo Gay da Bahia (2000) que revelaram que a cada dois dias, uma pessoa é assassinada devido a discriminação por sua orientação afetivo-sexual, além desses atos extremos, a violência ocorre corriqueiramente através de humilhações, impedimento de ingresso em algum estabelecimento, expulsão de casa e problemas na escola e no trabalho.

Apesar do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a educação da diversidade sexual, alguns fatores contribuem para que haja grande dificuldade na efetivação de tais políticas principalmente na formação dos professores como: qualificação deficitária; insatisfação com o salário; sobrecarga de aulas e atividades; omissão diante de situações discriminatórias pela sensação de incapacidade para agir e mesmos os próprios preconceitos dos educadores, evidenciando o despreparo da maioria dos mesmos para lidar com as diversas situações de violência que surgem na escola.

Pois, particularmente, na escola os atos discriminatórios se expressam por meio de agressões físicas e/ou verbais, do isolamento e da exclusão, com as mais diversas consequências como a evasão escolar e o sofrimento, sendo comum a omissão de professores e gestores da escola por falta de preparo para lidar com tais situações e até mesmo por preconceitos e estereótipos construídos no âmbito particular.

Segundo Madureira (2007, p. 389): “Preconceitos correspondem a fronteiras simbólicas rígidas, construídas historicamente e com forte enraizamento afetivo que acabam por se constituir em barreiras culturais entre grupos sociais e entre indivíduos.”

Conforme apurado por Castro *et al* (2004), em pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a realidade revela que, além dos professores se omitirem diante de atos discriminatórios dos alunos, são muitas vezes coniventes com essa violência.

A escola muitas vezes refletindo os interesses das elites classifica os sujeitos pela classe social, etnia e sexo, o que tem sido determinante para (re)produzir e hierarquizar as diferenças, tal tradição segrega da História e nega os direitos daqueles que não se encaixam no padrão imposto e, portanto, nem sempre considera a abordagem da diversidade sexual, proposta na atualidade.

O que podemos perceber é que a escola assume um importante papel enquanto lugar onde ocorrem os atos de discriminação e, portanto, também tem importante função no processo de conscientização e orientação dos alunos em seu processo de formação.

Apontando para a função da Educação no combate à discriminação, através de atitudes que promovam a construção de uma sociedade justa que assegure os direitos de cada cidadão.

Motivado por essas considerações preliminares, a busca por referências bibliográficas foi indispensável na tarefa de compreender a importância da inserção da temática diversidade sexual na escola como ferramenta para desconstruir preconceitos e inibir atos discriminatórios bem como o papel do professor enquanto agente interventor em suas práticas pedagógicas.

A leitura de Dinis (2008) é importante por trazer os impasses e desafios que ainda permeiam a abordagem da diversidade sexual nas escolas e no meio universitário e o papel fundamental de grupos como os LGBT na resistência e luta para a construção de uma sociedade tolerante e que respeite as diversidades.

Henriques *et al* (2007) abordam temas que dizem respeito às questões de diversidade sexual e de gênero à luz dos direitos humanos, analisando os temas como facilitadores da inclusão social de grupos LGBT, tidos como minoritários, através de uma educação que seja de fato de qualidade e para todos.

A análise de Madureira (2007) ocorre na perspectiva da Psicologia. Gênero, sexualidade e diversidade na escola foram seus pontos de partida para propor a construção de uma cultura democrática, evidenciando a tensão entre a reprodução de preconceitos e o respeito a diversidade entre os professores, objeto de sua pesquisa.

Outras obras serão referenciadas no decorrer do presente trabalho por serem relevantes na compreensão das questões que serão debatidas formando o arcabouço teórico de sustentação das argumentações e proposições que serão levantadas.

Dessa forma, o presente artigo pretende discutir as ações de educadores para abordagem da diversidade sexual na escola, trazendo (des)conceituações que auxiliem na tarefa de compreender as questões que permeiam a temática e na desconstrução de estereótipos e preconceitos como uma das ferramentas para o êxito das abordagens na escola.

Um dos momentos primordiais durante o processo de investigação científica para a elaboração do artigo foi a metodologia empregada. Segundo Nossa (2005) esta etapa compreende-se como um processo interligado de procedimentos, convergidos na problemática do acesso, tratamento e emprego dos dados e informações.

Foram realizados levantamento e estudo bibliográfico, pesquisa documental em jornais, revistas, sites, biblioteca e Centro de Documentação Regional (CDR) e a partir das leituras a tarefa da reflexão e escrita do presente artigo.

DESCONSTRUIR PRECONCEITOS PARA CONSTRUIR O RESPEITO: IMPASSES E PERSPECTIVAS PARA AS PRÁTICAS DOCENTES

Em princípio, é importante conceituarmos alguns termos que permeiam a abordagem da diversidade sexual com a finalidade de esclarecimento e desconstrução de outros termos que ainda continuam sendo utilizados de forma equivocada.

É importante dizer que a homossexualidade não é uma escolha do indivíduo e, portanto, o uso do termo “opção sexual” é inadequado para se referir à preferência sexual, sendo mais apropriado o termo orientação sexual que se refere...

... à direção ou à inclinação do desejo afetivo e erótico. De maneira simplificada, pode-se afirmar que esse desejo, ao direcionar-se, pode ter como único ou principal objeto pessoas do sexo oposto (heterossexualidades), pessoas do mesmo sexo (homossexualidades) ou de ambos os sexos (bissexualidades). Todas no plural, pois são inúmeras e dinâmicas suas formas de expressão e representação. Orientação sexual é um conceito que, ao englobar e reconhecer

como legítimo um extremamente diversificado conjunto de manifestações, sentimentos e práticas sociais, sexuais e afetivas, desestabiliza concepções reificantes, heterocêntricas, naturalizantes e medicalizadas (que insistem em falar de *homossexualismo*). (HENRIQUES et al, 2007, p. 17)

Outro termo ainda bastante utilizado é o “homossexualismo” para designar a sexualidade de sujeitos que sentem atração pelo mesmo sexo, sendo extremamente inadequado:

Nesse sentido, um termo, ainda muito utilizado, deve ser alvo de forte crítica: homossexualismo. Em tal caso, a desinência ismo o torna extremamente inadequado, pois o reveste de conotação negativa, atribuindo significado de doença, desvio, aberração. Basta notar que ninguém fala em sexualismo ou heterossexualismo. Daí a preferência pelos termos homossexualidade, lesbianidade, bissexualidade, travestilidade, transgeneridade e transexualidade. (HENRIQUES et al, 2007, p. 18)

Se ao abordarmos o tema homossexualidade já existe muito preconceito, falar em travestilidade e transgeneridade se torna muito mais difícil pelo não reconhecimento da identidade feminina que esses sujeitos apresentam. Em pesquisa realizada com professores da educação básica, Bortolini (2010, p. 677) constatou que 52% dos entrevistados acreditam ser desnecessário um “homem” se vestir de mulher e uma “mulher” se vestir de homem, havendo claramente a negação das identidades desses sujeitos:

O não reconhecimento da identidade das travestis como uma identidade válida, mas como algo desnecessário, aponta para aquilo que talvez seja a maior barreira para que esse segmento consiga alcançar o exercício pleno de seus direitos no ambiente escolar. Se ser travesti é algo desnecessário, se não é algo sério ou se eu não reconheço essa identidade, então, não faz sentido pensar no uso do banheiro feminino, no nome social na chamada e em nenhuma reivindicação que venha nesse sentido. (BORTOLINI, 2010, p. 677)

São relatados pelos professores durante os cursos de formação em diversidade sexual diversos estereótipos que fazem parte do senso comum. Os educadores, no decorrer dos cursos, demonstram um grande desconhecimento sobre as travestis e transexuais, sem ao menos saber o que são essas identidades.

O reconhecimento e conhecimento sobre a identidade travesti e transexual como uma identidade peculiar, diferente da identidade homossexual é indispensável para que diversas alunas que dessa forma se reconhecem tenham sua integridade e direitos preservados.

É necessário ampliar as concepções que se tem acerca de gênero e sexualidade para compreender e mais do que isso reconhecer as mais diversas identidades que compõem os sujeitos que estão nas escolas, nesse sentido, Henriques et al (2007, p. 19) faz a seguinte sintetização:

Por exemplo, uma pessoa pode ter uma identidade de gênero – masculina, feminina, ambas ou nenhuma –, apresentar características fisiológicas do sexo oposto ao seu e, ainda assim, ser hétero, homo ou bissexual. Ao contrário do que comumente se tende a crer, pessoas transgêneros (travestis ou transexuais) não são necessariamente homossexuais, assim como homens homossexuais não são forçosamente femininos ou afeminados e tampouco mulheres lésbicas são necessariamente masculinas ou masculinizadas.

Outra concepção errônea presente no imaginário popular é a homossexualidade, travestilidade e transgeneridade enquanto comportamentos anormais da sexualidade humana, pois, conforme afirma Sousa Filho (2003, p. 51): “Não se pode afirmar que haja alguma escolha mais *natural* ou *normal* do que outra, pior, melhor, superior ou inferior.” Podemos afirmar então que não existe nenhuma sexualidade humana dada, natural ou adequada a todos os indivíduos:

Entendemos a sexualidade no sentido analisado por Foucault (1988), ou seja, como um dispositivo da modernidade constituído por práticas discursivas e não-discursivas que produzem uma concepção do indivíduo enquanto sujeito de uma sexualidade, ou seja, saberes e poderes que buscam normalizar, controlar e estabelecer “verdades” acerca do sujeito na relação com seu corpo e seus prazeres. (DINIS, 2008, p. 482)

Podemos concluir a partir desses estudos a superação da sexualidade como sendo natural e sua análise histórica como elaboração de dispositivos de poder. Foucault e Dinis observam que maneiras específicas de conhecimento e poder com centralidade na sexualidade se conjugam, aproximadamente desde o século XVIII, por meio de diversas práticas técnicas e sociais de poder, gerando discursos normativos acerca da sexualidade ao mesmo tempo que classifica perversões sexuais, principalmente a homossexualidade.

A ideia de anormalidade é construída por meio de discursos que são produzidos pelas instâncias socializadoras e que se reproduzem com a chamada heteronormatividade compulsória que classifica, hierarquiza, domina e exclui. (LOURO, 2001).

A partir de concepções equivocadas que se tornaram senso comum as agressões e violências dos mais diversos tipos contra os grupos LGBT ocorrem de forma corriqueira com certa conivência da sociedade em geral deflagrando o preconceito e a homofobia.

Segundo Welzer-Lang (2001, p. 465) a homofobia é “a discriminação contra as pessoas que mostram, ou a quem se atribui, algumas qualidades (ou defeitos) atribuídos ao outro gênero.”

Podemos compreendê-la também como medo sem fundamento e intolerância com relação aos homossexuais, se expressando através de violência física e psicológica com agressões verbais ou mesmo exclusão desses sujeitos.

A homofobia na escola produz efeitos para todos os alunos, porém, as consequências mais devastadoras incidem sobre os sujeitos que sofrem com esta violência:

Embora produza efeitos sobre todo o alunado, a homofobia incide mais fortemente nas trajetórias educacionais e formativas e nas possibilidades de inserção social de milhões de jovens LGBT. Além disso, a homofobia tende a privar cada um/a desses/as jovens de direitos mais básicos, pois, por exemplo: afeta o seu bem-estar subjetivo; produz insegurança, estigmatização, segregação e isolamento; enseja invisibilidade e visibilidade distorcida; conduz à maior vulnerabilidade (em relação a chantagens, assédios, abusos, Aids, Hepatite B e C, HPV, outras DST etc); incide no padrão das relações sociais entre estudantes e destes com os/as profissionais da educação; afeta as expectativas quanto ao sucesso e ao rendimento escolar; tumultua o processo de configuração identitária e a construção da auto-estima; dificulta a permanência na escola; prejudica o processo de inserção no mercado de trabalho; influencia a sua vida socioafetiva, entre outros. (HENRIQUES et al, 2007, p. 28).

Apesar de não faltarem razões para uma abordagem da diversidade sexual nas escolas, diversos tem sido os empecilhos para uma abordagem satisfatória da temática. A pressão exercida por grupos religiosos é um dos fatores:

O fundamentalismo religioso e o repúdio à homossexualidade por parte de várias religiões, assim como a pressão exercida por grupos religiosos junto a governos e organismos internacionais têm sido as principais barreiras para a regulação internacional dos direitos LGBT (HENRIQUES et al, p. 20).

Acredita-se que o simples fato de fazer menção à homossexualidade irá encorajar práticas homossexuais e fazer com que os estudantes integrem comunidades lésbicas e gays. Há a construção de uma mentalidade que as informações transmitidas pelos educadores irá “recrutar” adolescentes para a defesa das diversas sexualidades, sendo “o conhecimento e as pessoas considerados perigosos, predatórios e contagiosos.” (BRITZMAN, 1996, p. 80)

Apesar da forte resistência a educação sexual na escola é um tema que tem despertado interesse nos professores que estão cada vez mais procurando cursos e bibliografias sobre a temática no intuito de obterem maior conhecimento para a intervenção na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento significativo dos debates de temáticas acerca da diversidade sexual tem ocorrido nos mais diversos ambientes como a escola, tal fato, no entanto, não se deve propriamente a uma preocupação da sociedade em respeitar a diversidade mas, da exigência e pressão do movimento LGBT e sujeitos que lutam por dignidade e respeito nas mais diferentes esferas.

Na escola, existe a preocupação dos educadores em buscar cursos e bibliografias que auxiliem na compreensão das questões da sexualidade e gênero no intuito de saberem como lidar com os atos de violência e discriminação que acontecem na escola.

Para que as práticas docentes na abordagem da diversidade sexual sejam eficazes primeiramente é necessário ao educador, muitas vezes, o enfrentamento dos próprios preconceitos na busca de conhecimento acerca de temática para a desconstrução e reconstrução de conceitos que serão necessários para a discussão em sala de aula e comentários de intervenção em casos de discriminação.

Este é o primeiro passo para caminhar em direção à uma educação que busque superar os preconceitos com relação à diversidade sexual: a formação e capacitação dos professores para práticas docentes, nos aspectos pedagógicos e epistemológicos, para lidar com as situações do cotidiano escolar.

Para tanto, é fundamental pensarmos os conceitos que permeiam gênero e sexualidade como sendo historicamente concebidos a partir da lógica heteronormativa, sendo a quebra desse paradigma uma possibilidade de resistência às tentativas de enrijecer fronteiras entre as práticas sexuais.

Algumas formas de possibilitar os estudos sobre a diversidade sexual na escola seria incluir os estudos sobre sexualidade e gênero nos cursos de licenciatura, o estudo crítico das representações sexuais e de gênero veiculados pelos meios de comunicação e a introdução de novas formas de linguagem que possibilitem a desconstrução das estruturas identitárias que excluem, geradas muitas vezes pelo discurso educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTOLINI, Alexandre. *Diversidade sexual na escola*. São Paulo, EDUSP, 2010.

BRITZMAN, Débora. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. *In: Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun., 1996.

CASTRO, M.G.C.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L.B. *Juventudes e sexualidades*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. *In: Revista Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

HENRIQUES, Ricardo; BRANDT, Maria Elisa Almeida; JUNQUEIRA, Rogério Diniz; CHAMUSCA, Adelaide. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. *In: Caderno SECAD 4 - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade*: Brasília-DF, 2007.

KOTLINSKI, Kelly. Diversidade Sexual - Uma breve introdução. *In: Coturno de Vênus*. Brasília-DF, 2013.

LOURO, G. L. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. *In: COSTA, M. V. (org). O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 85-92.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. *Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática*. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia (IP). Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2007.

NOSSA, Paulo Nuno Maia de Sousa. *Abordagem Geográfica da Oferta e Consumo de Cuidados de Saúde*. Tese (Doutorado em Geografia) – Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2005.

SANTOS, Claudiene; RAMOS, Maria Eveline Cascardo; TIMM, Flávia Bascuñan; CABRAL, Daniela Gontijo; LOBO, Tainah Dourado de Miranda. Diversidade sexual na escola e a homofobia: a capacitação de professores como estratégia de intervenção. *In: Anais Fazendo Gênero 8 – Corpo, violência e poder*: Florianópolis, 2008.

SOUSA FILHO, Alípio de. *Homossexualidade e Preconceito*. Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/08/262050.shtml>. Publicado 27.08.2003. Acesso em 11/04/2015.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *In: Estudos Feministas* 9, p. 460-482, 2001.

Mestrando em Geografia Humana pela Universidade Estadual de Londrina-PR, integrante do grupo de pesquisa Estudos Agrários da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e-mail: thiago_dasilvamelos@yahoo.com.br.

Recebido em: 24/06/2015

Aprovado em: 25/06/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: